



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Palestra como parte das comemorações
do 38º aniversário do Instituto de
Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
Instituto Rio Branco*

PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 1º DE OUTUBRO DE 2002.

Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Doutor Roberto Martins, Presidente do Ipea; Embaixadores; Embaixador Walter Franco, do Prud; Senhoras e Senhores, especialmente aqueles que estão ligados diretamente ao Ipea,

Quero, em primeiro lugar, congratular-me com o Doutor Roberto Martins e, naturalmente, por intermédio dele, com todos os funcionários do Ipea, por esta celebração.

E quero, primeiro, congratular-me pessoalmente com o Doutor Roberto Martins. Ele disse que era provinciano. Tomara todos nós fôssemos provincianos desse jeito, o que significa um amor às coisas que estão sendo feitas no Brasil e ao detalhe a que ele vai, como também essa energia que ele tem demonstrado em defender seus pontos de vista.

Eu acho que ele tem demonstrado, exatamente, o que é a especificidade do Ipea. Ele disse que lê os jornais, a cada manhã, sem saber o que vocês terão dito ou escrito. Ele, também. Ele fala o que quer.

Mas acho que isso é marca saudável de um país democrático e de um Governo que aceita a democracia como valor central. Acho que vocês estão todos de parabéns. Eu acho que o que o Ipea tem feito para

aprofundar o conhecimento e a reflexão, nas áreas essenciais de políticas públicas do Brasil, é alguma coisa fundamental.

Não se pode, naturalmente, num país como o nosso – e em nenhum país – fazer política sem uma informação de boa qualidade. É impossível. Acho que nós não poderíamos levar adiante nenhum projeto efetivo de transformação do País, de desenvolvimento e de transformação da própria máquina estatal, se não tivéssemos uma capacidade de análise instaurada dentro do aparelho de Estado. E o Ipea tem dado uma contribuição extraordinária nesse terreno.

E o número de brasileiros que, neste Governo e em Governos anteriores, tem ligações com o Ipea é imenso. Isso, sem prejuízo da capacidade de crítica e de independência do Ipea.

Ainda outro dia, o Ministro Pedro Malan estava recordando, mandou-me um trabalho que ele escreveu sobre o Consenso de Washington, quando era do Ipea. Meu Deus! De uma audácia crítica que nem eu, na época, tinha. E ele persiste, segundo ele.

De modo que isso é uma qualidade. É uma qualidade do Estado brasileiro ter tido a capacidade de desenvolver uma instituição com essa função, que ganhou, por isso mesmo, essa credibilidade que hoje é reconhecida por todos, e um corpo técnico de competência.

Eu sei que é difícil. Toda atividade acadêmica é difícil. Eu próprio levei a vida, em grande parte, na academia ou, quando não, numa ONG, que era o Sebrap, que tinha uma característica semelhante, só que mais independente do Governo, ainda, que o Ipea, porque não tinha dinheiro do Governo.

Acompanhei sempre, desde logo, o trabalho do Ipea, e muitos de nós conhecemos e sabemos das dificuldades que há, em geral, para o trabalho de pesquisa, quanto mais de pesquisa aplicada, que é mais difícil, ainda, de ser não só realizada como reconhecida.

Eu acho que, em função de tudo isso, de fato, esses 38 anos, como disse o Ministro Guilherme Dias, vão se multiplicar pelos anos afora. Quanto mais se multipliquem, com esse mesmo vigor, será uma prova maior ainda de que o Brasil está, realmente, avançando na direção do que nós todos queremos.

Agora, sempre que o Presidente vai falar, tem que escolher algum tema. E eu disse: “Olha, eu não vou falar de assuntos que o Ipea sabe mais que eu. Ele sabe de tudo mais que eu, então vou ficar calado.”

Certamente, aqui, com essa capacidade que vocês têm de ter uma informação objetiva, de interpretar os fatos, enfim, com seriedade, com honestidade, a gente pode falar sobre muitos assuntos, tomando os dados de vocês próprios. Mas não tem graça, porque vocês sabem, de perto, tudo isso.

Acho que nós poderíamos ver a questão de como é que foi a estabilidade econômica, seus êxitos, suas dificuldades. O problema, já mencionado, da pobreza. As inovações, que são tantas. Eu também leio, às vezes, com espanto e com alegria, os trabalhos de muitos de vocês, nessas áreas todas, o que foi feito na educação, na saúde, os indicadores sociais. Tudo isso eu acho que seria um pouco repetição, se eu fosse discutir com vocês, aqui. Mesmo sobre as novas concepções de Estado e tudo o mais, e as nossas formas de inserção no mercado internacional.

Então, não vou querer “ensinar o pai-nosso ao vigário”. Eu queria, apenas, dizer outra obviedade, mas mais própria da minha área. Porque cada um de nós, Roberto, é, à sua maneira, caipira. Eu não posso falar disso, porque uma vez falei e caiu o mundo em cima de mim, porque não interpretaram no sentido positivo que eu dava à expressão. Então, tenho que dizer que eu também sou.

A verdade é que nós todos sabemos que a mudança social nunca é um processo simples, é um processo extremamente complexo. E, como já foi mencionado aqui, depende muito também de problemas de percepção. Essas variações de percepção acabam sendo ingrediente fundamental, parte fundamental do próprio processo de mudança e, mesmo, determinante do processo de mudança social.

Acho que, se nós não tivermos uma percepção adequada das mudanças e compreender o seu sentido, é difícil gerar um processo contínuo de transformações na sociedade.

E essas mudanças, em um país como o nosso, que se fazem à luz de um debate amplo e democrático, não são facilmente percebidas e estão, freqüentemente, sujeitas a distorções na sua percepção. Sabem todos, e

isso é clássico, de Maquiavel, que o maior desafio do reformador é que ele não tem apoio, porque os que vão sofrer as conseqüências da reforma negativa são contra, sabem que vão perder e gritam, enquanto os que, eventualmente, vão ganhar não sabem ainda e não confiam ainda e não aplaudem, ficam olhando. Como se diz em português mais simples, “ficam na moita”.

O “Partido Murista”, em matéria de reforma, é imenso. É muito difícil alguém apostar em reforma. E os que percebem que podem perder, gritam, e gritam imediatamente. São articulados, etc., etc., e isso também dificulta o próprio processo de compreensão do que é novo. Eu acho que, ao contrário do que se diz, a natureza humana prefere lidar com o antigo. Talvez porque eu estou ficando velho, prefira achar isso também. Mas eu acho que a natureza humana prefere, realmente, ter, enfim, a certeza. O novo é uma incerteza.

É natural que as pessoas refluem, fiquem naquilo que já era conhecido e pensem através de categorias antigas. Isso é um fato, mas tem conseqüências muito graves para processos de mudança e para o próprio processo político. E, na verdade, se nós olharmos um país como o Brasil, talvez não seja o povo quem tenha essa maior dificuldade. Quem tem maior dificuldade são aqueles que devem categorizar, são os intelectuais. Sobretudo, são produtores de imagem. Porque o que é produtor de análise objetiva, de pesquisa, este descobre, “achei isso, achei aquilo e tal” e, ao descobrir, não se compromete tanto com a descoberta, ou melhor, não se compromete negativamente com a descoberta.

Agora, o que formula a imagem, que é propriamente o intelectual – e não é só aquele que está na academia *amplo sensu*, mas também o padre, o jornalista, enfim, o detentor de uma posição pública qualquer, que forma a imagem –, este tem um pouco de receio dessa formulação de reconhecer o que está acontecendo. Então, um pouco, é algo paradoxal, pois os que se aferram aos esquemas mais superados e que resistem ao novo são precisamente os que deveriam ser os primeiros a ver o que está sendo novo.

Veja o caso do Plano Real, quando nós o lançamos. Eu acho que foi um caso paradigmático. Naquela época não se chamava Real, chamava-

se FHC, o Plano. Diziam até que era nome de desinfetante, porque não se tinha certeza de que iria dar certo. Então, compromete a pessoa que está ali colocando a sua cabeça a prêmio. Depois, quando deu certo, ficou Real. Aí é produto de todos. Mas, enfim, sempre é produto de todos, porque não é só uma pessoa que faz um plano desses. E é curioso que o povo entendeu mais depressa o Real do que a maior parte dos que pensavam sobre a matéria, entendeu e apoiou.

Na verdade, aquela inflação galopante era tanta, tinha causado tantos estragos, que a população queria uma bóia para se amarrar a ela. Mas, vocês se lembram o que se dizia, era o “estelionato eleitoral”. Foi dessa maneira que foi considerado o Plano Real por boa parte da opinião pública brasileira. E até cartazes na rua dizendo, eu não me lembro o que diziam: o Real é não-sei-o-quê. E era contra. Era “estelionato eleitoral”. Bom, isso é uma luta política que se compreende. Não foi só na luta política, na academia também. A academia também achava que aquilo era um truque, com propostas, sempre com julgamento de intenções. A intenção era ganhar uma eleição.

Bom, hoje acho que ninguém faria essas afirmações. E os que fizeram na época essas afirmações hoje são defensores ardorosos da estabilidade. Não me refiro aos políticos, não, aos economistas, aos economistas ligados a posições políticas, etc., etc. Se algum dia alguém se der ao trabalho – não sei se vale a pena, acho que não – de olhar o que se dizia e o que se diz, meu Deus! Mas isso não é de má-fé, é que vem a incerteza. Não estou julgando moralmente, não é o caso. Estou dizendo que, quando acontece uma coisa nova, é uma aposta. E a aposta no Real foi uma aposta audaciosa, porque não foi tecnocrática. Foi a discussão – e houve muita, não vou entrar, também, em detalhe –, houve muita discussão entre os que estávamos trabalhando na questão sobre como fazer, porque, normalmente, esses planos no Brasil eram pacotes, eram surpresa. E a decisão foi de anunciar o que ia ser feito e explicar que ia ter uma coisa com o nome, também, de remédio: URV. E havia muitos que diziam: “Mas o povo não vai entender!” Entendeu em uma semana. E, não obstante, continuaram falando sobre o “estelionato eleitoral”, ou continuaram dizendo que não ia dar certo, “não vai funcionar”. E esse

“não vai funcionar” não vem de uma percepção vulgar intelectual, que tinha outros argumentos para dizer que não vai funcionar. Por quê? Porque era novo. O modo de propor o combate à inflação era novo. Claro que estava calcado em experiência anterior, a do Plano Cruzado. Mas debater de antemão e o plano não ser posto em prática, para ser posto daqui a algum tempo e a moeda se materializar depois de muito tempo ainda, é isso que constituiu, realmente, a aposta democrática de entender que a população vai participar e vai ajudar.

Bom, assim como houve isso, na verdade, em outros momentos, acontece a mesma coisa. Felizmente, com o avanço da democracia, com a melhoria da qualidade pública, acho que pouco a pouco as pessoas vão se acostumando com o fato de que é preciso, realmente, não fazer julgamento precipitado. Ver como é a relação entre o que se propõe, como é que a sociedade absorve, como é que ela reage, etc., etc. Por exemplo: pouco a pouco foi se criando uma mentalidade nova no Brasil, que é essa da responsabilidade fiscal e o manejo sério das coisas públicas. Essas mudanças, a meu ver, do modo de o Governo se relacionar com a sociedade, são tão importantes quanto as outras que são medidas objetivamente pelos indicadores. Melhorou a saúde, melhorou a educação, melhorou a reforma agrária – ou piorou – não importa, o PIB como é que está? Tudo isso aí é fundamental. Mas há mudanças que são de mentalidade, e que são do modo de relacionamento numa sociedade. Essas são fundamentais para garantir a continuidade de um processo de transformação. E houve mudanças, nesse aspecto, muito significativas no Brasil, marcadamente nessa última década, depois da Constituição de 1988. E uma mudança dessa não é um Governo, não tem data de janeiro de 95, não, ou de setembro de 93, 92. Não, esse é um processo que vem vindo. São processos mais amplos e que se precipitam ou se cristalizam em certos momentos, e quando os agentes principais tomam consciência de que é esse o processo, é claro que isso facilita. Mas a verdade é que houve uma mudança grande.

Hoje, essa percepção da responsabilidade fiscal e da seriedade do manejo das finanças públicas, das contas públicas, é fundamental e começa a se difundir. Mas não nos iludamos, começa a se difundir, mas

muita gente não acreditou. E, talvez, por não acreditar, muita lei boa foi votada sem que se visse qual seria a consequência no decorrer do tempo dessa lei boa, porque ela vai, realmente, restringindo as margens de manobra dos agentes políticos e dos agentes públicos.

Bem, o fato de se aprovar uma lei, como essa, de responsabilidade fiscal é um sinal muito importante da mudança da mentalidade do Brasil, porque ela foi aprovada pelos congressistas, eles próprios acusados, frequentemente, e às vezes com razão, de serem dilapidadores do dinheiro público. E aprovaram a lei que restringe drasticamente o uso do gasto público de uma maneira irresponsável.

Eu vi, outro dia, num dos jornais, uma análise sobre o que está havendo, agora, nessa campanha eleitoral, no ano de campanha eleitoral, com o gasto público. E aí a crítica já é o oposto: “No passado, meu Deus, nessa época, pelo menos, se fazia muita obra, agora não se faz mais?” Como se a obra do passado, feita às pressas e com dinheiro que não existia, fosse positiva. E como o fato de não fazer a obra, porque não tem o dinheiro, fosse negativo. Quer dizer, de novo é a percepção equivocada, um avanço fundamental de mudança de imagem que é percebido pelos formadores de imagem de uma maneira distorcida, porque não adianta querer ser diferente. Hoje não vai dar mais para ser assim, porque a população não vai aceitar.

Bom, também acho que houve muita incompreensão na mudança do papel do Estado na economia, com a mudança da inserção do Brasil na economia internacional. Acho que nós passamos a ter um modelo de Estado muito mais ágil, mais eficiente, com setores abertos a investimento privado e com estruturas inovadoras na área de regulação. Também nós nos abrimos ao exterior sem medo dos desafios, conscientes das oportunidades que temos.

Bom, para quem não compreendia bem esse processo, qual foi a reação? Imediatamente soou um alarme. Alarme falso, neoliberalismo pela proa. E quando as coisas estão desse lado, eu costumô usar umas palavrinhas assim, para provocar, porque aí saem na imprensa. Eu disse na época: isso é neobobismo. Quase me mataram. Quer dizer, é neobobismo imaginar que o Governo fosse neoliberal, porque não era. Era

uma outra forma de organizar o Estado para fazer frente ao desafio do mundo contemporâneo, mas não era uma proposta de encolher o Estado, era de rearticular o Estado. Estado, aliás, que estava inerte.

Quem lidou com esse aparelho de Estado, e aqui muitos de nós lidamos com esse aparelho de Estado depois de 88, depois da Constituição nova, sofreu, naturalmente, um terremoto e tinha que se reacomodar. A primeira tentativa de acomodar de outra forma foi o Governo Collor e deu no que deu, ampliou a desorganização do aparelho de Estado. O Estado já havia sido, digamos assim, cercado por forças clientelistas e corporativistas. Porém, mais clientelistas, no caso, no período da redemocratização, porque houve uma confusão entre redemocratização e butim do Estado. Isso quer dizer os partidos nomearem pessoas para tirar os técnicos, porque os técnicos tinham sido postos lá no período do regime autoritário. Então se utilizou o valor da democracia para fazer uma coisa errada, para substituir técnicos, em certas áreas – outras não são técnicas –, mas por indicações políticas. Chegou-se ao cúmulo de as bancadas fazerem sorteio de a quem caberia a nomeação de tal ou qual parte do Estado. A qual deputado, a qual senador. Assisti a isso de perto, eu era líder do Congresso, recusei-me a participar desse jogo. Devo dizer que não fui o único, um outro líder pelo menos se recusou a fazer parte desse jogo, mas o jogo foi esse.

Bom, então o Estado brasileiro estava, realmente, bastante desorganizado, bastante incapaz de responder aos desafios do momento presente e da sociedade, etc., etc. O que nós fomos implementando foi uma reorganização do Estado, para dar, de novo, vida ao Estado. E essa reorganização não podia basear-se mais nos princípios fundamentais que organizaram o Estado no regime anterior, não só no regime autoritário, mas antes do regime autoritário, porque a economia era uma economia mais fechada, porque havia proteção tarifária, porque havia ainda fundo de acumulação pública, através de impostos, que davam ao Estado a capacidade de investir.

A Constituição de 88 redefiniu a divisão dos impostos, reduziu a capacidade do Estado federal de ele ter o papel que tinha antes. Passou recursos para os municípios e para as unidades da Federação, diminuiu

os recursos do Governo central, o qual sobreviveu depois através das contribuições sociais, distorcendo o nosso sistema tributário. Mas o Estado federal não tinha mais capacidade de investimento. Então não se tratava de, simplesmente, continuar naquela linha. A linha secou, acabou, bateu no final da linha. Não havia mais recursos.

Então, para o Brasil retomar uma possibilidade de crescimento econômico, era preciso criar novas bases de relação entre a sociedade e o Estado, entre o investimento privado e o investimento público. E para que esse investimento pudesse fluir do setor privado nacional e internacional, mas tivesse algum controle público, existiam as agências de regulação.

Então, se vocês forem olhar – e todos sabem disso –, com atenção, todas as siglas que caracterizam o Estado brasileiro foram criadas de 1993, 1994 para cá, as agências Aneel, a Anatel, a ANP, a ANA. Essas coisas todas foram variando, mudando, mudando, mudando, de tal maneira que, hoje, tem toda uma nomenclatura nova, que é apenas a expressão de um novo Estado. Não é a expressão da inexistência do Estado ou do mercado dominando o Estado. É da maneira que o Estado tem, hoje, para evitar, precisamente, que o mercado dite as regras sem que haja uma contrapartida política, sempre necessária, porque, senão, realmente, o mercado, largado nele próprio, não só concentra mais renda, mas não faz o que é necessário para um programa de desenvolvimento do País.

Então, essa modificação, que se impunha e foi feita, foi percebida pelos que não viram o paradigma novo da mudança como se fosse neoliberalismo. E passaram a tomar *slogans* de outras situações, para aplicarem, aqui, como se fosse a submissão do aparelho de Estado ao mercado, quando era o oposto. Era a tentativa de fazer com que o aparelho de Estado sobrevivesse, se reorganizasse e pudesse se contrapor às forças de um mercado que, este sim, é crescente, se globalizou, etc., etc.

Então, de novo, aqui, esses problemas de percepção são complicados, porque eles perturbam a compreensão da mudança e, às vezes, atrapalham a mudança, não permitem que a mudança avance.

Bom, claro que isso requer, portanto, uma visão mais complexa do que uma visão superficial. Não é fato novo, nada disso. O Professor Albert Hirschmann, que tem um trabalho sobre a Colômbia, muito interessante, eu já tenho me referido a esse problema há algum tempo, alguns dos mais velhos aqui, desta mesa, hão de se lembrar que nos anos 50 e 60, o que acontecia é que nós só discutíamos um tema, nos países chamados em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Aliás, chamavam-se subdesenvolvidos, porque não se tinha nem a idéia de que pudessem desenvolver-se. Era o tema dos “obstáculos ao desenvolvimento”. Não havia seminário, nacional ou internacional, com economistas, sociólogos – “politicólogos” não havia, na época, esta é categoria recente –, sem a discussão dos famosos obstáculos ao desenvolvimento.

E o Professor Albert Hirschmann, que é uma pessoa de grande visão e de grande sensibilidade, escreveu um artigo sobre obstáculos para perceber o desenvolvimento. E começou a mostrar que estava havendo um processo de desenvolvimento, ele usava a Colômbia, basicamente, onde estava havendo um processo de desenvolvimento, e a nossa intelectualidade insistia nos obstáculos.

Portanto, é mais ou menos a mesma coisa. Quer dizer, o que está havendo, aqui, é um neoliberalismo, o domínio do mercado? Não é. O que está havendo aqui é a abertura refletida da economia, está havendo uma desnacionalização da economia.

E, quando você vai ver os dados, não confirmam isso. Mas ninguém vê dado; dado, só quem vê são vocês, porque os intelectuais e os formadores de imagem dão menos atenção aos dados do que aos conceitos. E, ao formular os conceitos, formulam-nos, muitas vezes, aferrados ao paradigma anterior e tratando de ver, com um olhar antigo, o que está acontecendo. Então, está tudo errado. Porque, pelo binóculo anterior, está tudo errado. Partindo de outros pressupostos, outros valores fundamentais, está tudo errado.

Bem, acho que, nesse processo todo – eu não vou entrar em muitos detalhes, isso aqui é uma conversa mais solta –, há alguns equívocos básicos, que é preciso evitar. Bom, já noutro plano, é preciso evitar, certamente, uma espécie de determinismo histórico, que diz que tudo

está escrito nas estrelas. Há um caminho que é pré-traçado, as transformações da sociedade vão ser de um certo modo.

Nos anos 50, havia o Rostov, que tinha as etapas do desenvolvimento. Então, todo mundo sabia qual era o caminho do desenvolvimento. Depois, mais recentemente, em vez disso, só há um, que é neoliberal. E a este se opõe outro, que não sei qual é. Até hoje, eu não consegui entender.

Mas, de qualquer maneira, está errado também. Não há um só caminho, nem havia um só caminho, nos anos 50, 60, nem agora. Nem os países todos estão percorrendo o mesmo caminho. São vários caminhos, muito mais complicados.

Até porque o processo de mudança requer transformações institucionais e processuais. Não são só *outputs*, não são só resultados que se medem através dos indicadores, mas é o próprio modo como a sociedade se organiza para produzir esses resultados, que pode ser de um jeito ou de outro.

E este “um jeito ou de outro” não pode ser objeto de receitas, porque depende da história, depende de situação política, depende dos desafios daquele momento, depende de uma série de variáveis muitíssimo mais complicadas do que simplesmente a chamadas variáveis *hard*, duras, que você pode medir. Essas não se podem medir, são mais fluidas, porque dependem também do jogo de percepções e do jogo político.

Acho que isso é um equívoco muito grande, o de pensar que existe uma espécie de determinismo histórico. E numa certa época esse determinismo era de origem um marxismo vulgar. Aí, era realmente insuportável. Quando houve a vulgarização do marxismo dos anos 60 e 70, para quem tinha uma noção da história e uma leitura do Marx mais sofisticada, era desesperador. Porque as pessoas sabiam tudo, tudo, tudo, como acontecia a reprodução de *O capital*, a consequência da reprodução de *O capital* e bla-bla-blá. E haja paciência.

Bom, o Vilmar Faria, que já foi tão citado aqui, foi realmente um homem que ajudou imensamente a mim e ao Brasil, desde sempre. O Vilmar foi meu aluno no Chile nos anos 60. Depois em Harvard, nós estivemos lá. Ele estudava o Gino Germani, que era um sociólogo ar-

gentino, italiano, mas radicado na Argentina. Eu estive lá tantas vezes com os dois. Bom, o Vilmar dizia uma coisa e acho que ele tinha razão. E o Weffort disse isso de uma outra maneira, disse que eu, Fernando Henrique, preferia o *Dezoito brumário* a *O capital*. O que quer dizer isso: preferia o *Dezoito brumário* a *O capital*? Quer dizer o seguinte, o *Dezoito brumário*, quando você lê, é um livro estupendo. Aliás, é muito interessante, vale a pena ler, simultaneamente, o Tocqueville e o Marx, sobre o mesmo *Dezoito brumário*, os mesmos fenômenos. Os dois são fantásticos. E são diferentes. Mas o Marx, no *Dezoito brumário*, mostra o fluxo, a lógica da ação política que cria situações novas. E *O capital* é um outro tipo de estudo. Não é que eu prefira um ao outro, depende do para quê. É que, evidentemente, se você for usar a lógica de *O capital* para explicar a política, meu Deus, dá no que deu, não funciona. A política não é a reprodução de *O capital*, a política é a criação de situações novas, são outros fatores que interferem. E não foi o Marx. O determinismo derivado dali é igual ao determinismo do Rostov, igual ao dos fundamentalistas do mercado. É a mesma coisa. Vocês imaginam que fez isso, isso, isso, a consequência vai ser aquela. Então, desregula, abre a economia, faz não-sei-o-que-lá, vai ter desenvolvimento. Não vai. Depende.

Então acho que é preciso evitar esse determinismo. Mas é preciso também evitar o oposto, que é o voluntarismo. Aqui, entre nós, hoje, acho que tem mais vigência o voluntarismo que o determinismo. Porque todo mundo está contra os determinismos, esqueceram do determinismo marxista, ficaram só com o determinismo de mercado. São contra também. Melhor que sejam contra.

Muito bem, mas a isso substituí o voluntarismo. Essa é explicação de quem não sabe nada: tudo depende da vontade política. Ah, meu Deus, haja paciência. Teve vontade política, resolveram-se as questões. Acaba-se com a fome, acaba-se com a miséria, distribui-se a renda. Com uma boa vontade política. Quer dizer: esta, naturalmente, é uma visão absolutamente tecnocrática do que é o processo de mudança, imaginar que a mudança depende de decisões tomadas num gabinete, ainda que respaldadas por milhões de votos. Se fosse assim, seria muito

fácil. Mas, na verdade, se desconhece a densidade, que é própria, dos fenômenos sociais.

Essa vontade política nos atormenta dia e noite. Basta baixar a taxa de juros e pronto, aí fecha. É tão bonito ver, na televisão, tanta lógica, tanta bobagem. Por que basta baixar os juros, o que vai acontecer? Resolve-se tudo, porque baixaram os juros, aumenta a produção. Aumenta a produção, barateia o produto. Barateia o produto, acabou a inflação. É lógico... tudo errado. Como se fosse possível baixar os juros simplesmente porque é uma determinação, como se não houvesse, sobretudo numa sociedade democrática, uma interação entre o Estado e o mercado, entre o Banco Central as forças de mercado. O Governo é obrigado a emitir títulos. Se ele é obrigado a emitir títulos, o outro aceita se quiser. E tem capacidade também de dizer que não aceita. Ao dizer que não aceita, vai determinando quais são as condições nas quais ele aceita.

Agora, esse simplismo voluntarista é muito confortável, porque as pessoas ficam com a consciência em paz. Meu Deus do céu, o que está faltando, realmente, é vontade. Se a gente tivesse, se o Presidente tivesse vontade... e aí vem uma visão autocrática e tecnocrática de como é que se produz um processo de transformação social. E, sobretudo, esse voluntarismo tem uma marca absolutamente não democrática.

Então, se nós estamos fazendo uma transformação no Brasil, na direção da democracia, se tudo está pensado em termos da democracia, se o Ipea é parte dessa democracia, se o Plano Real é parte dessa democracia, se a Lei de Responsabilidade Fiscal é parte dessa democracia, como é que, agora, se vai querer que se resolva, tecnocrática e voluntarizadamente, um problema da complexidade tão grande quanto seja o da criação das condições macroeconômicas, para favorecer um processo do desenvolvimento?

Em todo caso, eu acho que essa ilusão é tremenda, mas ela existe. Ela é moralmente inaceitável para quem tem uma visão democrática. Porque, na verdade, a cidadania e a liberdade desaparecem; a minha vontade é lei. Agora, o pior é que isso não funciona, não está só moralmente errado, porque está tendo um valor não democrático, é

que isso não funciona. A sociedade tem rugosidade, reage, se defende, os interesses são parte da vida. Não me cabe julgar: são bons, são maus, são os interesses, alguns bons, outros maus, depende dos valores, no julgamento. Mas eles existem e são parte da vida, estão organizados, vão reagir.

Então, ou se entende que é um processo, e é tão difícil entender que é um processo, ou se tem a ilusão de que é um ato. E o ato, o ato mais forte é o Presidente da República assinar a medida provisória. Não sei nem por que estão diminuindo esse poder. Porque, se a vontade política resolve tudo, deixem a medida provisória como ela é. Ou, melhor, decreto-lei, mais fácil ainda. Só que não é, só que isso seria um tremendo equívoco. Por um lado, um equívoco do ponto de vista da perspectiva democrática e, por outro, porque não vai funcionar. Porque a vontade, numa sociedade complexa, mesmo quando o regime é autoritário, se a sociedade for complexa, a vontade não é lei. Ninguém vai fazer tudo o que deseja, não vai funcionar. Não adianta imaginar que um *Diktat* resolve os problemas da sociedade.

Hoje, queiramos ou não, é preciso que haja legitimidade. Nada mais vai funcionar, se não houver algum grau de aceitação. E esse grau de aceitação requer um debate democrático. Acho que, talvez, essa tenha sido a transformação mais importante pela qual o Brasil passou, nesses anos todos: é o reconhecimento implícito e, por mim, explícito, de que sem legitimidade as coisas não funcionam, as coisas não marcham, e de que a legitimidade se conquista ou se renova no dia-a-dia.

Não adianta nem ter os milhões de votos – e eu tive tantos! Não adianta. Quem pensa que com isso resolve: “Ah, nos cem primeiros dias tem voto e faz o que quer”. Não é verdade. É outro equívoco, alimentado, naturalmente, porque é sensacional dizer isso. Mas, simplesmente, não é verdadeiro. Os votos você tem no dia da eleição. No dia seguinte, não tem mais nada. Precisa reconquistar, todo dia, a confiança, todo dia, a legitimidade.

As forças políticas se opõem, é normal. A oposição, o que é que ela trata de fazer? Solapar as bases de legitimidade. Mesmo utilizando o conceito, como eu mostrei aqui, alguns equivocados. É do jogo político,

isso é normal que seja assim. Mas é preciso, do ponto de vista interpretativo, aí, sim, tem que entender qual é o jogo, qual é o processo.

Eu acho que a mudança, nesse sentido, foi muito importante no Brasil. A mudança de compreensão, por parte da sociedade. E, naturalmente, implicitamente, a cidadania não tem que estar formulando, ela tem que estar vivendo. E, no modo de viver, ela exige, a cada dia, prestação de contas, legitimidade, a cada instante. Nada mais se mantém por longo tempo, no Brasil, se não houver, realmente, uma reiteração de que aquilo vale.

E essa reiteração passa pelo debate público. Por isso eu gosto tanto do Habermas. Não é tanto na área do Ministro e o discípulo, eu também não sou contra. Mas eu acho que a idéia de um espaço público, a idéia de que você tem que passar por esse processo de legitimidade, que é uma idéia weberiana, também é uma idéia fundamental, na sociedade contemporânea.

E, no fundo, o motor da sociedade é a opinião pública. Veja agora, no mundo, onde você começa a ter a formação de uma opinião pública planetária, veja esses movimentos a que nós estamos assistindo nesses dias – não vou entrar em detalhes, porque sou Presidente, senão entraria –, o que está acontecendo nos Estados Unidos, na Europa, no Oriente Médio e a formação da opinião pública.

A força capaz de contrapor, hoje, a única força capaz de, realmente, mudar é a opinião pública. Aí, a importância da mídia é vital, na medida em que ela antecipa as questões, na medida em que ela traduz, quando traduz com decência e com honestidade, as questões, porque permite a formação da opinião pública.

E daí, também, que o papel dos intelectuais é vital. E, por isso, por ter que travar um debate intelectual, eu provooco tanto. Porque, na medida em que houver a formação de imagens distorcidas, isso impede uma formação de opinião pública adequada.

E, não havendo opinião pública adequada, isso é uma força contrária à continuidade da mudança. Ou melhor, pode levar, não só ao retrocesso, como a uma mudança equivocada.

Mas isso não se resolve mais, senão publicamente, senão puxando a discussão, enfrentando os temas, não tendo papas na língua, não tendo

medo de se expor, não ficar, como eu disse outro dia, virar estátua. Isso é péssimo para todos, inclusive para o Presidente. Se o Presidente pensa que, porque é Presidente, virou estátua, meu Deus, está perdido! Ele tem que se expor junto aos seus ministros, aos seus colaboradores, ao povo e à oposição. E tem que se contrapor. E tem que dizer o porquê. Pode estar certo, pode estar errado, mas não existe mais, na sociedade contemporânea, a possibilidade do *Diktat*, nem a possibilidade de você, sem passar por esse processo de convencimento, durar por muito tempo. Bom, supondo a democracia, que, para mim, é um valor fundamental.

O fato é que hoje, no Brasil, nós temos realmente uma sociedade muito mais ativa. A sociedade civil tem uma participação crescente e ativa não só nas eleições, mas também por essa articulação das organizações não-governamentais e essa capacidade crítica e esta, digamos, redefinição do Estado, que não pode voltar a ser e nem vai – vejo que alguns têm ainda a visão do passado –, não vai voltar a ser o que era, interferente como era no passado, não pode mais dominar as decisões econômicas. Não pode mais, por causa da liberdade e por causa também do progresso técnico e da competição que é necessária. Por mil razões.

Se nós formos enveredar por um caminho em que se volta a pensar o Estado nos velhos termos, isso aí paralisará o processo de mudança, isso aí poderá provocar, realmente, o retrocesso no País. Porque no fundo, no fundo, nós estamos, o tempo todo, optando. E qual é a nossa opção aqui? É, com liberdade, com democracia, combater a pobreza, combater a exclusão social, criar condições de desenvolvimento e integrar o Brasil, crescentemente, no sistema internacional. Imaginar que você pode, hoje, refluir para uma posição dos anos 50 e fechar a economia outra vez, aumentar tarifa para proteger setores, para que esses setores ganhem dinheiro em nome de dar emprego, quando verdadeiramente para dar emprego precisa de dinamismo da economia, não é de um setor específico, isso está errado e isso tem consequência. E paga-se alto custo, a longo prazo, por essas visões equivocadas do que é o desafio contemporâneo.

Então eu acho que nós temos que entender que, embora falte muito a fazer, as mudanças fundamentais que foram iniciadas nos anos 90 vão

ficar, estão para continuar, porque não são estáticas. Mudou a cabeça, mudou a mentalidade, mudou a relação do Estado com a sociedade, mudou a estrutura do Estado, mudou a relação entre mercado e Estado, entre empresa pública e empresa privada, cliente, quem julga as ações reguladoras. Tudo isso são mecanismos que estão postos aí com força, com vigor. E os que se opuserem a isso, eu acho que estão criando um problema grave.

Nós temos problemas, uma porção de coisas não está resolvida. Estou vendo o Ministro da Previdência aqui. Talvez seja o principal problema do Brasil: equacionar a Previdência Social. Não vai ter como baixar a taxa de juros enquanto o Governo, sistematicamente for ao mercado para pedir mais dinheiro emprestado. E o Governo não tem como não ir ao mercado para pedir mais dinheiro emprestado, porque chegou ao máximo do que ele pode tributar. Não pôde fazer reforma tributária suficiente. Fez, mudou muitas coisas, mas tem problemas que não tem como enfrentar, porque as forças se opõem muito fortemente e porque chegou ao máximo de tributação possível. E não chegou ao máximo de endividamento possível, porque é uma máquina de aumentar a dívida, toda relação nossa com a área previdenciária. Sobre tudo na previdência pública, e ninguém fala disso porque é antipático.

Mas é um grande problema que está aí posto. E impede o quê? O combate à pobreza. Se nós formos ver a parte do Orçamento da União que fica na mão de 3 milhões de pessoas, é um terço do Orçamento. Será democrático isso? Será que nós estamos sendo sérios eticamente, ao dizer que estamos querendo combater a pobreza e não queremos enfrentar essa questão? Certamente isso não diminui a responsabilidade de taxar mais o capital, capital financeiro. Aí nós temos taxado como nunca se taxou no Brasil. Há muitos outros problemas que não estão resolvidos. Aí eu acho que é preciso continuar. Mas continuar a reformar e não parar as reformas, tem que continuar reformar, porque, se parar o espírito de transformação, o espírito de reforma, vai-se para o retrocesso.

Ontem, lá em Minas Gerais, vou deixar bem claro, acho que tem que fazer reforma tributária, tem que continuar. Demos mais um passo agora, difícilíssimo, não é porque não haja minha vontade política, é por-

que os interesses não deixam. Eu vejo freqüentemente: “Ah, o Presidente ao apoiar a reeleição, em 1997, não fez reforma”. Que coisa, que injustiça. Eu tentei reforma o tempo todo, com reeleição. A reeleição durou dois meses e o Brasil todo queria. Todos os editoriais de jornais, todas as pesquisas de opinião pública. Todo mundo era a favor da reeleição. Agora inventam que não houve reforma por causa da reeleição. São análises superficiais, mas que têm a ver com a mesma coisa, a mesma questão que eu mencionei no começo: a ótica está errada. Então, no fundo, é para não ir adiante com as reformas. O Presidente não quis, se quisesse teria feito, mas não quis. Não, reformar é outra coisa. São esses processos muito mais complexos da sociedade, esses interesses todos.

Mas eu dizia ontem, para provocar um pouco, e até foi de repente, disse: “Olha, o problema nosso é que tem muito ptolomaico na nossa política.” Copérnico já escreveu o que tinha que escrever e eles continuam com Ptolomeu. Isso é fundamental. Quer dizer: ou se vê que o mundo hoje tem outro paradigma, a sociedade brasileira hoje é outra, mudou, mudou para melhor, é mais democrática, é mais exigente e, portanto, as instituições tiveram que se adaptar a ela, são outras instituições; ou se fica o tempo todo, ptolomaicamente, dizendo: “Ah, como era bom, como era verde o meu vale quando o Governo mandava em tudo, quando havia uma burocracia poderosa, quando o planejamento era autoritário, quando os empresários recebiam de presente do BNDES bilhões para fazer uma indústria que nós precisávamos para o nosso desenvolvimento!” Isso é uma choradeira ptolomaica, que não dá mais para fazer e que, se continuarem a fazer, podem continuar, podem tentar até fazer, mas ela terá uma só consequência: diminuir o ritmo de transformação do Brasil na direção de transformar-se numa boa sociedade, numa sociedade mais dinâmica, mais democrática, mais aberta, mais justa.

Acho que isso tudo tem haver com o que eu queria mencionar aqui a vocês. Não vou mencionar mais nada, senão vou falar o dia inteiro, tenho outros *Diktat* que tenho que fazer hoje. Mas acho que é muito importante que nós prestemos atenção, além de tudo que vocês sabem – e sabem muito mais do que eu – aos processos, digamos, mais sutis de mudança de mentalidade, de mudanças de valores, até, de mudanças

das formas institucionais, sem as quais nós não vamos conseguir melhorar mais ainda o progresso social, diminuir a exclusão, combater mais a pobreza, nem alcançar ritmos de crescimento econômico mais satisfatórios para todos nós.

Termino dando, finalmente, mais uma vez, parabéns a vocês. Parabéns até por permitirem que o Presidente da República faça divagações ao redor de temas abstratos, sem que isso seja objeto de alguma – espero – incompreensão da parte de tão elevados técnicos.

Muito obrigado.